



ODAIR DIVINO

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS:
O CASO DO MOVIMENTO PRÓ-ESTADO DO IGUAÇU

Cascavel (PR), novembro de 2012.



ODAIR DIVINO

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS:
O CASO DO MOVIMENTO PRÓ-ESTADO DO IGUAÇU

Trabalho apresentado ao Curso de História da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito parcial para aprovação neste curso, sob a orientação do docente Nilceu Jacob Deitos.

Cascavel (PR), novembro de 2012.

Dedico este trabalho a DEUS, que me mostrou novos horizontes através do conhecimento e a minha família que sempre me motivou de forma imensurável sendo o esteio da minha vida, pois em todos os momentos me apoia incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que participaram de minha vida, de forma direta, quero agradecer.

A minha mãe, que nas horas difíceis, manteve firmemente a vontade de escolarizar os filhos.

A minha esposa, Greici, minha pequenina filha Joyce, as minhas irmãs Rose, Inês e Cida e meu irmão Aguinaldo, além dos parentes próximos, todos estiveram presentes na longa caminhada desta graduação. Meu obrigado e meu carinho a todos.

Quero muito agradecer também a todos os colegas de graduação, que se transformaram em amigos especialmente a Edina, Marcia, Elaine, Karina, Eunice, Ronildo, Reinaldo, Marlon, Vinícius e Maurício. Foi bom conviver com vocês. Muito Obrigado!

Agradeço a DEUS, por iluminar meus caminhos e permitir esta conquista.

Agradeço também aos professores Luis Fernando Zen e Nilceu Jacob Deitos, pelo apoio e dedicação durante a construção desse trabalho, pois trouxeram a luz do conhecimento.

*Os factos históricos, mesmo os mais humildes,
é o historiador que os chama à vida*
Lucien Febvre

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: TERRITÓRIO EM DISPUTA	14
CAPÍTULO II: BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO	23
CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS	30
O LIVRO DE DUKA: UM LUGAR DE MEMÓRIA	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
FONTES	46

RESUMO

Neste trabalho temos a pretensão de discorrer sobre a construção de memórias acerca de fatos históricos pertinentes à articulação do movimento pró-Estado do Iguaçu. Para tanto, analisamos a historiografia básica sobre o referido movimento e, pudemos perceber que as discussões a respeito ainda são poucas e sem grande pertinência na academia. Deste modo, podemos basear-nos em alguns historiadores que tratam da questão da memória enquanto construção e percebendo, portanto que memórias contrastantes acabam por insurgir a partir deste fato, quais sejam, uma memória de silêncio por parte das elites de Paraná e Santa Catarina, sendo assim, quem efetivamente tem interesse em que essa história não venha à tona. E de outro lado a memória dos partícipes do movimento, principalmente de Edison Duka Siliprandi que acaba por forjar uma memória de vínculo identitário com o movimento, baseado na dramaticidade e romantismo com que narra os acontecimentos, vinculando a história do movimento efetivo a sua história pessoal e de toda a sua família.

Palavras-chaves: Fronteiras; Estado do Iguaçu; Memórias.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar este trabalho imaginávamos realizar um estudo sobre um movimento específico, qual seja, o movimento para a criação do Estado do Iguazu. Porém, no decorrer da pesquisa bibliográfica pudemos perceber que um livro em especial forjava uma certa memória acerca do movimento, o que contrastava com a historiografia. O livro em questão foi escrito por Edison Duka Siliprandi no ano de 2000 e é intitulado *Estado do Iguazu: uma versão documentada*. Deste modo, não pudemos deixar de analisar de que maneira esse documento forja – ou tenta - uma memória específica.

Pretendemos, portanto, analisar o desenvolvimento do movimento pró-Estado do Iguazu e verificar o fato dele ter sido praticamente silenciado pela historiografia da região. Para tanto dividiremos o presente Trabalho de Conclusão de Curso em três capítulos, ou seja, no primeiro procuraremos fazer uma abordagem histórica acerca dos tratados de limites e estabelecimentos de fronteiras no estado do Paraná. Neste primeiro momento, discutiremos o conceito de território, bem como a questão do espaço territorial como fonte de disputa entre grupos elitistas e não necessariamente como espaço pensado para os seus moradores ou pessoas que com ele se identificam.

O conceito de território é abordado por Rogério Haesbaert que pontua que esta é uma expressão ambígua na medida em que pode representar desde um espaço social até “um espaço marcado e defendido por determinadas espécies animais, seu espaço de sobrevivência, como é definido pela etologia”¹. Discorre ainda que pode ser um termo de sentido abstrato, tal qual, “o território da filosofia” e também concreto como, por exemplo, “o território dos Estados Nacionais”.

Deste modo, nossa perspectiva de análise tem por pressuposto discorrer sobre o território disputado nos Estado do Paraná e Santa Catarina, dentro de uma série de interesses e movimentos efetivos para a consolidação de, muitas vezes, uma ideia de espaço territorial homogêneo e natural. Percebemos que, no “jogo” para a consolidação dos espaços territoriais no Paraná houve, através dos tempos, um duplo sentido, qual seja de um lado um espaço natural de sobrevivência e de outro, o espaço simbólico de identidade de um povo.

Já no segundo capítulo realizaremos um pequeno esboço sobre o movimento, desde o seu surgimento e sua atuação até a década de 1990, que consideramos o momento em que o

¹ HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

movimento ainda detinha certa força, principalmente pela atuação de Edi Siliprandi² na Câmara dos Deputados em Brasília.

No terceiro e último capítulo realizaremos a discussão teórica acerca da memória/silêncio e no sentido de perceber como este movimento não se difundiu de forma efetiva em meio à sociedade, para que pudesse ter mais força em suas reivindicações. Discutiremos também o livro de Edison Duka Siliprandi, filho de Edi Siliprandi, como fonte primária, na medida em que este foi forjado a partir de “dentro” do movimento, constituindo-se – ou tentando - como *locus* de certa memória.

Percebe-se que o movimento para a criação do Estado do Iguazu, foi em determinado momento personificado na pessoa de Edi Siliprandi, que foi o mais importante e efetivo líder deste movimento na década de 1980, elevando sua discussão ao nível institucional político.

Para versarmos melhor sobre os interstícios que envolvem memória e história, elencamos Pierre Nora e sua digressão acerca do tema. Segundo ele, “a memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir”³. Deste modo começamos a perceber a tensão que existe entre a história crítica e a constituição de determinada memória acerca dos eventos, aqui no caso, do discurso em torno do movimento acerca da emancipação do Estado do Iguazu.

Seguindo a perspectiva e discussão de Pierre Nora, nos interessa pensar em uma história da história, ou seja, uma discussão também sobre a historiografia acerca do Estado do Iguazu, para que ocorra uma subversão de uma história-memória, que é o que nos parece existir sobre o Estado do Iguazu e, pretensamente inaugurar uma história-crítica sobre ele. Coadunando, portanto, com o pensamento de Nora, para o qual, é preciso que nasça uma preocupação historiográfica a fim de emboscar a memória e fazer um esforço para se livrar dela.

Deste modo, uma discussão aprofundada e contundente do livro de Edison Duka Siliprandi, acaba por fornecer o arcabouço para a desmistificação da memória sobre o movimento e o começo da memória-crítica, ao entendimento sobre os fatos. Muito embora percebamos que o próprio livro de Duka acaba por fazer parte de certa memória sobre o movimento, qual seja um tipo de memória legitimadora quanto a este e principalmente quanto ao principal líder, Edi Siliprandi.

² Edi Siliprandi foi eleito Deputado Federal no ano de 1990 e permaneceu no cargo até 1994 quando tentou a reeleição, mas não obteve êxito. Depois disso, Edi tentou novamente eleição a este cargo em 2002, porém novamente não obteve êxito. In: LOPES, Sérgio. **Estado do Iguazu: a trajetória de um movimento**. In: Revista Informe GEPEC vol. 8, n.º 2, jul/dez. 2004.

³ NORA, Pierre. **Ente Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, PUC, 1981.

Não é possível desvincular o produtor do discurso, aqui no caso Edison Duka Siliprandi, do local de produção deste, qual seja, a partir de “dentro” do movimento, por ser o filho do principal articulador e participe da fase final do movimento. Segundo Michel de Certeau:

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde eu conduzo uma investigação⁴.

Usamos esta citação em um duplo sentido, já que Michel de Certeau está falando especificamente sobre o trabalho do historiador. Entendemos que tanto Edison Duka Siliprandi faz o seu papel de “historiador” vinculado ao movimento, quanto serve para nós, ao escrever este trabalho, indagarmos se o local de produção também não fornece um embasamento para a análise do papel do historiador.

Michel de Certeau será, para nós, um subsídio no que diz respeito a realizarmos uma história da história, como propõe Nora, ou seja, a historiografia será analisada a partir das formulações de Certeau, que corrobora essa crítica da própria história, na medida em que discorre sobre a operação/fazer da história.

Este autor começa questionando o que o historiador “fabrica”? Esta questão nos permite uma primeira discussão desta palavra, qual seja a fabricação da história. Certamente devemos conferir fundamental importância ao “fabricante” da história, pois este produto terá certamente o seu traço, seu jeito, suas particularidades.

Michel de Certeau discorre ainda que toda pesquisa que se pretenda historiográfica, tal qual o livro de Duka Siliprandi, se articula com um lugar específico de produção que está vinculado às questões sócio-econômicas, políticas e culturais. Ou seja, encontra-se sob opressões e enraizada em particularidades, pois o autor está contido neste movimento pro Estado do Iguazu de forma plena. Não podemos perder de vista, portanto o lugar de produção da “história”, pois “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos”⁵.

A filosofia do movimento é personificada, portanto por Edison Duka Siliprandi que pretende, através de seu livro, fundar uma determinada memória sobre o movimento, diferente

⁴ DE CERTEAU, Michel. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques (org.). História: novos problemas. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 17-48.

⁵ DE CERTEAU, Michel de. Idem. p. 18.

da movimentação das elites paranaenses e catarinenses sem interesse pela emancipação e pela realização de um plebiscito para “ouvir” a população local sobre o assunto.

Isto fica explícito quando, ainda no prefácio do seu livro, Edison Duka Siliprandi diz que está fazendo o papel de “depoente-colaborador-visionário”⁶ sobre o movimento. E chega a questionar se este seria um papel para ele próprio. Segundo ele, não poderia se omitir, pois teria “uma” versão, ou seja, demonstra efetivamente aquilo que estávamos discutindo acerca dos lugares de produção de determinada memória e, por conseguinte, a ideia de que cada historiador forja “uma” visão acerca dos fatos. Dizer-se portador de “uma versão” acaba por corroborar o sentido desta digressão.

Segundo Duka

Não temos nenhuma pretensão de induzir o leitor com relação ao seu posicionamento acerca do tema, apesar de nossa parcialidade. Desejamos apenas que ele conheça aspectos desta história, que foram pouco explorados nos bancos escolares do nosso Brasil (não se sabe ao certo o motivo), apesar de configurar grande importância – seja pelos personagens, pelo ideal, pelo sonho ou pela região que foi palco desta luta.

Começamos, portanto a enquadrar a obra aqui analisada, qual seja a de Edison Duka Siliprandi acerca do movimento de emancipação do Estado do Iguçu. Verificamos que este está inserido em um *locus* de produção que se articula internamente com o movimento e que, portanto serve para realizar uma apologia a ele. Com esta análise podemos perceber que

A relatividade histórica compõe dessa forma um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as de pensadores que se fazem passar por historiadores.⁷

Neste trecho o autor em questão aponta para o fato de que o livro tem de abrir perspectivas e possibilidades acerca da ideia sobre o movimento, porém, neste mesmo trecho o autor aponta para a parcialidade existente na construção do historiador. O fato de pontuar que “apesar de nossa parcialidade” isso ou aquilo, nos demonstram, pelo menos, que esta parcialidade é reconhecida.

⁶ SILIPRANDI, Edison Duka. **Estado do Iguçu**: Uma versão documentada. Academia de Informações Literárias S/C Ltda. Agosto – 2000.

⁷ DE CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 19.

Outro aspecto importante que aparece já no prefácio do livro é o fato de Edison Duka Siliprandi apontar para o silenciamento em relação ao movimento, indicando que este assunto ainda é pouco “explorado nos bancos escolares do nosso Brasil”. Isto pode ser verificado quando folheamos os livros didáticos que vem sendo estudados no ensino fundamental e médio de nossas escolas, ou seja, não existe sequer menção as questões de redivisões territoriais durante o governo Vargas.

Aponta ainda Edison Duka Siliprandi que o fato de escrever o livro, mesmo não sendo escritor, estaria vinculado a uma vontade de fazer justiça para com as pessoas envolvidas neste movimento, mas também ao período que tem uma história, ou seja, um início e um fim e que, mesmo assim, muitos sequer conhecem.

Devemos, portanto considerar que a memória é um conceito que se vincula a conveniência de “trazer de volta” alguns fatos do passado que se quer constituir em algo importante para determinada história. Maurice Halbwachs⁸ ponderou, por exemplo, que a memória deve ser compreendida como sendo um fenômeno de cunho coletivo e também social. Deste modo, verifica-se que é um fenômeno que fora construído de uma maneira coletiva e por isso totalmente passível de flutuações, mudanças e transformações diversas.

O autor Michel Pollak assinala que a memória tem uma diversidade de aspectos, dentre os quais podemos destacar a característica de ser seletiva, ou seja, não são todos os acontecimentos pertinentes aos eventos que ficam marcados na memória dos indivíduos, bem como, não são todas as coisas que ficam registradas como elementos para a composição da história. Quando os sujeitos históricos vêem a possibilidade, portanto de estarem abordando determinado fato histórico podemos dizer que estes participam de uma construção, organizada segundo Michel Pollak, ligam assim às preocupações pessoais e também políticas do “momento”.

Destacamos o termo momento, pois verificamos que a memória acaba por organizar-se em relação às solicitações do presente, sendo, portanto, relegada a estas solicitações. Faz-se conforme as possibilidades de registros e vivência dos fatos históricos, mas também em função daquilo que convém lembrar, registrar, conformar ou mesmo forjar enquanto importante para a história, aqui no caso, do movimento pela criação do Estado do Iguazu.

Uma discussão bastante pertinente de Pollak diz respeito ao fato de a memória estar vinculada a uma tentativa/desejo de construir dada identidade pessoal. Ou seja

⁸ HALBWACHS, Maurice Apud POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. In: Rev. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.⁹

Neste trecho do texto de Pollak verificamos que dada memória, muitas vezes, está ligada a uma perspectiva pessoal construída *a priori* segundo um preceito identitário. Ou seja, no caso de nossa análise da memória construída por Duka Siliprandi sobre o movimento pró-Estado do Iguaçu, pudemos constatar que seu livro se insere nesta perspectiva de construção de uma imagem do próprio Duka em relação ao seu relacionamento com o movimento – que nos parece visceral – e também a pretensão que esta memória sobre o movimento permaneça solidificada na história.

Concluindo a partir de Pollak

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.¹⁰

Deste modo, pretendemos que este trabalho seja mais um elemento que possibilite a discussão sobre o território do Iguaçu, pois entendemos que este assunto ainda foi pouco abordado e principalmente, discutido. Somente através de uma discussão acadêmica efetiva poderemos vislumbrar de maneira mais clara as questões envolvidas nesta divisão territorial, dentre as quais, a da construção de uma memória.

⁹ POLLAK, Michel. Op. Cit. p. 4.

¹⁰ POLLAK, Michel. Idem p. 6.

CAPÍTULO I

TERRITÓRIO EM DISPUTA

No princípio deste trabalho, imaginamos estar diante da discussão sobre um movimento político que vislumbrava alcançar a divisão dos estados Paraná e Santa Catarina. Porém, pudemos perceber que está para muito além de um simples movimento emancipatório. A questão de divisões territoriais no Paraná e no Brasil remonta uma diversidade de fatos, tratados, negociações e interesses que atravessam a história do país. Percebe-se, portanto que estas divisões carregam uma quantidade significativa de signos considerando que “a delimitação de uma região tem um sentido político de dominação”¹¹. Portanto, não poderíamos abordar as divisões específicas sem discutirmos estes “signos” utilizados para justificar as questões territoriais.

Percebemos ainda que a questão de origem das fronteiras nem sempre é bem recebida pela historiografia, visto que revela questões de cunho político e econômico que ficam à margem das intenções das elites revelarem. Demétrio Magnoli é um dos intelectuais que faz esse questionamento, qual seja, qual é a origem das fronteiras brasileiras? O mesmo pontua que

... o discurso nacional virtualmente rejeita essa indagação, isentando o corpo da pátria de qualquer condicionamento histórico e fazendo-o emanar da natureza. Esta noção, não importa o quão absurda pareça quando assim posta, encontra-se profundamente enraizada no imaginário geográfico nacional¹².

O autor em questão aponta para o fato de que existem diversos fatores na construção de fronteiras. Ou seja, houve uma quantidade de delimitações fronteiriças durante o período colonial e também durante o Império, segundo as especificidades de cada época. Indica que a obra imperial de limites obedeceu à concepção geral de ‘fronteiras naturais’, manipulando a noção do *uti possidetis*. E elenca, inclusive, o Tratado de Madri como marco de fundação do território brasileiro.

Esses questionamentos não são claramente abordados pela historiografia e as causas da extinção do Território Federal do Iguazu - TFI, bem como, as ideologias vinculadas à

¹¹ SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de Região**: Discursos e representações do Paraná. pg. 317.

¹² MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: EDUNESP: Moderna, 1997.

construção do discurso do movimento também não são profundamente abordadas. Deste modo, percebemos que o presente trabalho tem uma relevância científica na medida em que, pretende abordar alguns “silêncios” historiográficos sobre esse fato. Não desconsideramos, no entanto, obras de grande vulto sobre esse assunto, realizadas pelos autores Sérgio Lopes, Celma Burille e Mauro Camargo Júnior.

Considerar as divisões territoriais e os embates que envolvem essas questões no Paraná nos faz perceber que isto está vinculado, segundo Christiane Marques Szesz, a uma construção mental apoiada em conceitos abstratos e que procuram dar conta de uma generalização meramente intelectual para englobar uma variedade de experiências efetivas. Ou seja, o Paraná pode ser percebido como algo instituído através dos tempos, através de discursos e através de símbolos que tinham por objetivo promover a integração da população que residia nesse estado.

O Estado do Paraná teve a sua emancipação política consolidada no ano de 1853, conforme aponta Sérgio Lopes, porém o processo de consolidação efetiva de fronteira se deu através de disputas, principalmente no que diz respeito à chamada “Questão do Contestado”¹³, região reivindicada também pelo governo de Santa Catarina.

Podemos citar, neste íterim, a “questão de Palmas” que se configurou como uma briga territorial envolvendo o Brasil e a Argentina, cuja área de litígio compreende o oeste catarinense, bem como, o sudoeste paranaense. Segundo o caderno elaborado pela Secretaria de Estado e da Cultura do Estado do Paraná as discrepâncias interpretativas no que alude aos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), que se destinavam a demarcar as linhas fronteiriças entre possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, conduziram uma longa polêmica, entre os anos de 1881 e 1895, que culminou com o ganho de causa ao Brasil, através do arbítrio de Stephen Glover Cleveland, presidente dos Estados Unidos nesta época¹⁴.

Ainda segundo Christiane Szesz o trabalho de “fundar” a ideia de Paraná foi das elites paranaenses vinculadas a especialistas do saber, ou seja, intelectuais, cujo objetivo era a criação efetiva e prática do ideal de Estado pretendido. Esse “trabalho” começa tão logo tenha ocorrido no Brasil a Proclamação da República (1889) e principalmente com a constituição da recém república elaborada em 1891. Daí, segundo esta autora, a questão de fronteiras deixa de ser um caráter meramente jurídico para ser uma questão política.

¹³ LOPES, Sérgio. **O território do Iguçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Edunioeste, 2002. 264p.

¹⁴ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Sonhos, utopias e armas: as lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná**. Caderno Paraná da Gente n.º 8 Curitiba, 2010.

A referida autora fará um pequeno resgate abordando os diversos interesses e, principalmente, a forma dos discursos utilizados por intelectuais paranaenses através dos tempos para criar o vínculo identitário com a região. Cita primeiramente um movimento de defesa de fronteiras realizado pelo líder republicano Vicente Machado que arregimentava intelectuais escritores para a construção de “imagens” fundadoras da região.

Vicente Machado, então governador do estado, formou uma comissão no sentido de estabelecer causas para as questões de fronteira do Paraná. Os porta-vozes deste projeto, segundo a autora foram Ermelino Leão e Romário Martins e concomitante a isso se criou o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná para, pretensamente, resolver os problemas da Geografia e da História do Estado¹⁵.

Foram utilizadas, portanto questões geográficas e jurídicas, bem como, os diversos tratados do Paraná para a “definição” das fronteiras. Os limites físicos do estado são, portanto a questão inicial para que se possa estabelecer a questão identitária. Esta questão da definição e “naturalização” das fronteiras estava presente também nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a égide de Francisco Adolfo Varnhagem principalmente.

É, portanto, no interior desse processo de consolidação do Estado Nacional, tão marcado por disputas regionais, que toma força um programa de sistematização de uma história oficial. Ao IHGB coube o papel de demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional¹⁶.

Dentro desse processo amplo, vinculado ao IHGB está a “construção” do Paraná. Desde a metade do século XIX, indica Christiane Szesz, muitos escritores procuram, seguindo um parâmetro nacional, descrever a natureza do Paraná no sentido de vincular a identidade regional com as riquezas naturais do estado. Outro objetivo seria também a vinda de imigrantes para a região. Nesse ínterim um dos significativos escritores foi Sebastião Paraná que também compunha os quadros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Segundo Christiane Szesz em citação a Sebastião Paraná

o estado paranaense definir-se-ia pela amenidade e salubridade de seus climas, pela fertilidade de seu solo, e pela abundância de suas riquezas naturais, e pela sua gente. Procurou-se evidenciar em um discurso regional dando um efetivo destaque a natureza paranaense,

¹⁵ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia sido criado logo após a Independência política do país. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. Idem. p. 99-100.

traduzindo uma sensibilidade romântica e ufanista, tão característica dos discursos que procuram forjar uma identidade nacional nesse momento.¹⁷

Tal citação vem corroborar nossa discussão de até então, no sentido que demonstra que a questão estava calcada em uma preocupação nacional e não apenas regional e que busca a construção de laços identitários, além do que, embates políticos e questões econômicas. A vinda de imigrantes certamente estava vinculada à necessidade de mão-de-obra e a projeção de um prolongamento da Europa, sonho das elites conservadoras. Estes estudos parecem mais românticos do que propriamente um descritivo daquilo que o Paraná efetivamente dispunha.

Já no século XX, em sua primeira metade, o Paraná tem perdas territoriais para Santa Catarina e o enfraquecimento de parte de sua elite, segundo Szesz. Nesse momento os interesses da construção identitária começaram a passar por palavras como modernização, progresso e civilização. Alguns intelectuais, portanto eram movidos por esses novos temas para o Paraná, dentre os quais Nestor Vitor que começa a identificar a terra paranaense com o progresso. Outro intelectual, qual seja, Afonso Correia, chega a escrever a chamada *Oração Paranista*, que se configura em “um manifesto [que] descrevia claramente o objetivo das elites paranaenses em construir uma identidade, que se explicitou no progresso e trabalho, para o Paraná”¹⁸.

Estas perdas territoriais estão ligadas também a chamada Guerra do Contestado, que aconteceu entre Paraná e Santa Catarina na primeira década do século XX. Este território ficou conhecido como região contestada. Segundo o caderno elaborado pela Secretaria de Estado e da Cultura do Estado do Paraná, esta região era, na época, terra de ninguém, ou seja, a população antiga e nativa acabava se somando a forças com remanescentes das tropas federalistas de Gumercindo Saraiva que ali estavam desde 1893-95. Conta ainda, a população com “desertores das polícias estaduais, foragidos da Justiça dos estados meridionais, negros e mulatos descendentes de escravos”. A particularidade era que todos estes sujeitos estavam desamparados pelas administrações locais e acabam por trabalhar em movimentos posseiros ou mesmo peões¹⁹.

A estas questões sociais somou-se, segundo Maurício Vinhas de Queiroz, principalmente a liderança messiânica do profeta João Maria, considerado a ressurreição de outro profeta, qual seja, José Maria. Este pôde conduzir um sentimento nativista que

¹⁷ PARANÁ, Sebastião Apud: SZESZ, Christiane Marques. Op. Cit. p. 299.

¹⁸ SWARZA, Décio. Op. Cit. p. 300.

¹⁹ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Op. Cit. p. 99.

reivindicava uma terra que não era fornecida a estes nativos, porém a grandes companhias, quais sejam a *Brazil Railway* e a *Lumber*²⁰. Depois de verdadeira guerra, segundo Duka Siliprandi os estados do Paraná e Santa Catarina chegaram a uma resolução do impasse com o presidente Wenceslau Bráz, em 20 de outubro de 1916²¹.

No que diz respeito à construção da identidade Romário Martins que seria ligado ao Partido Republicano tentou construir a região sob esses mesmos temas. Era claramente uma concepção positivista de sociedade e de história, buscando a ordem e a solidariedade como elementos da constituição regional. Para tanto, chegou a criar um ideal, qual seja, o Paranismo, pelo qual procurava congregar os habitantes do estado. Esse conceito significava, portanto:

todo aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, compoz uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu um estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore.²²

Este era, para Romário Martins, efetivamente um paranista. Percebemos nessa conceituação a tentativa efetiva da elaboração de um ideal fundador de um povo paranaense e conseqüentemente do recorte territorial. A questão do trabalho foi vinculada à natureza, na medida em que o pinheiro torna-se a simbologia do futuro de progresso e civilização. “Símbolo da terra, mas também do homem paranaense o pinheiro confundia-se com a própria imagem do homem alto, eril, forte, e de braços abertos para o futuro auspicioso”²³.

A autora discorre ainda que nos anos 30, Manoel Ribas fora nomeado como interventor o que fracionou o poder de algumas elites no Paraná. Este utilizou-se do Paranismo, para sua efetivação enquanto líder político. Romário Martins, já citado, principalmente durante o Estado Novo, torna-se um escritor e produz diversos trabalhos, inclusive elaborando uma história do Paraná. Importante ressaltar que foi durante esse processo no qual se buscava defender a integridade do Estado e - já que é nesse momento que se cria o Estado do Iguazu – eliminar os riscos de uma reconfiguração de fronteiras no Paraná.

²⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). 3.º Ed, São Paulo: Ática. 1981. p. 253.

²¹ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 15.

²² MARTINS, Romário. **Paranística**. In: A Divulgação. Curitiba: s. editoral, 1948. p. 40. Apud: SZESZ, Christiane Marques. Op. Cit. p. 301

²³ KEINERT, Ruben. Apud: SZESZ, Christina Marques. Idem. p. 302.

Para a defesa do ideal territorial do Paraná este autor criou uma diversidade de mitos e lendas que buscavam dar coesão, pelo menos simbólica, ao Estado. Com a cogitação da criação do Estado do Iguazu, Romário Martins, segundo Szesz, recuperou lendas da região do Guairá, no sentido de supor que o estado tinha origens nesta. Isso serviria “para confirmar a integridade do território paranaense”²⁴. Fazer com que o Paraná “emanasse” da região do Iguazu conferia fundamental importância a esta e supunha a indissolubilidade desta em relação ao restante do Paraná.

Da questão da modernização e progresso, nos anos 50 a temática que norteou a defesa do território passou para a ideia de prosperidade. O discurso calcado no desenvolvimento além de garantir ao Paraná uma posição de destaque funcionava como um convite aos fluxos migratórios. O intelectual vinculado a este processo é Valfrido Piloto que evidenciava que havia a necessidade de identificar a região norte do estado. Para tanto, aplicou-se um projeto de desenvolvimento de integração física, ou seja, construção de uma rede de estradas para aproximar esta região.

Sendo assim, percebemos que, através do trabalho de Christiane Marques Szesz busca-se desconstruir a noção de Paraná enquanto um território de constituição coesa, mas pensando-o como uma região de problemas e envolto por práticas discursivas e construções imagéticas, vinculadas à política por vezes e a economia por outras.

Segundo o geógrafo Manuel Correia de Andrade, deve-se ligar sempre a ideia de território a ideia de poder, nesse sentido corrobora nossa discussão na medida em que visamos perceber as articulações entre políticos locais e federais na divisão territorial do Brasil. Enfatiza o autor

No território do Estado, qualquer que seja a sua extensão e as diferenciações entre os seus habitantes, observa-se a ação de forças centrífugas que tentam desmembrá-lo e de forças centrípetas que tentam concentrar os poderes em função do Governo nacional. E a sobrevivência do Estado depende do equilíbrio que se possa estabelecer entre o Poder Central, os poderes regionais e locais²⁵.

O Território Federal do Iguazu atendia a um desejo do governo federal, dentro da Era Vargas, especificamente no chamado Estado Novo (1937-1945), que era a constituição de territórios federais próximos às fronteiras. Logicamente que esta constituição territorial

²⁴ SZESZ, Christiane Marques. Op. Cit. p. 308.

²⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades**: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et. al. (org.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996. pg. 213-220.

desagradou à elite dos estados - Paraná e Santa Catarina - que foram fracionadas em nome desta criação e, portanto, a articulação entre poder local e federal, posteriormente a deposição de Vargas, foi contundente, vide a extinção do Território Federal do Iguaçu.

Sérgio Lopes aponta que o “Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Governo Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, juntamente com os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, de Ponta Porã e do Guaporé”²⁶. Este território apresenta limites internos com o Território de Ponta-Porã e os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e limites fronteiriços com a Argentina e Paraguai, segundo este autor. Após uma semana ocorreu a definição de quais seriam os municípios e as capitais de cada território.

Aborda ainda Sérgio Lopes que, pelas definições do Decreto-Lei n.º 5.839 de 21/09/1943, a capital do referido território seria Foz do Iguaçu. E, através do Decreto-Lei n.º 6.550 houve uma redefinição dos limites do território, bem como, de sua capital que passa a ser a Vila de Laranjeiras, cujo nome passa para Iguaçu.

Ao todo, a área do Território Federal do Iguaçu correspondia a 65.854 km², sendo 51.452 km² oriundos do Estado do Paraná, e 14.402 km² provenientes do Estado de Santa Catarina. O Paraná contribui com 25,74% do seu território e Santa Catarina, com 15,16%. O Paraná, que possuía 199.897 km², permaneceu com seu território de 148.445 km² e Santa Catarina, que possuía 94.998 km², ficou com 80.956 km², após a redivisão territorial.²⁷

Após a renúncia do presidente Getúlio Vargas em 1945 e um amplo debate a respeito dos territórios federais criados no contexto da “Marcha para o Oeste”, aconteceu a dissolução do então Território Federal do Iguaçu. Sérgio Lopes discorre que, no dia 08 de setembro de 1946, aconteceu a votação da emenda supressiva do Território, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Na Comissão Constitucional, a proposta de emenda tinha sido aceita e incluída no Artigo 8º do ato ‘Das Disposições Transitórias’ da Constituição. Portanto, tratava-se de aprova em Plenário aquele artigo na forma como fora redigido: ‘Ficam extintos os atuais Territórios do Iguaçu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram destacados’.²⁸

²⁶ LOPES, Sérgio. **O território do Iguaçu...** Op. Cit. p. 112.

²⁷ LOPES, Sérgio. **O território do Iguaçu...** Op. Cit. p. 119.

²⁸ LOPES, Sérgio. Idem. pg. 207.

Ainda no que diz respeito à questão da territorialidade, Manuel Correia de Andrade diz que essa articulação entre poderes “provoca, como é de esperar, uma exacerbação de sentimentos autonomistas regionais”²⁹. Deste modo, o que se percebe é uma grande discussão sobre quais seriam os sentidos do movimento do Estado do Iguçu, se autonomista, regionalista ou separatista, como bem aborda Sérgio Lopes.

Edison Duka Siliprandi em seu livro sobre o movimento recusa-se a utilizar o termo “separatista”. Segundo este autor este foi o termo preferido pela historiografia para referir-se ao movimento, o que nos parece, assume uma conotação contundente no sentido de um “golpe” contra o território paranaense no caso de uma redivisão. Para o autor

Nós que defendemos ideológica e cientificamente a tese do Iguçu preferimos o termo emancipação. Separação nos causa a impressão de atentar contra a soberania Nacional, o que seguramente não é o nosso caso, portanto todos que sempre defenderam a criação do Iguçu se consideram emancipacionistas, até porque não desejamos romper relações com o país, só almejamos ajudá-lo a desenvolver-se mais e melhor.³⁰

Percebemos de uma maneira clara a defesa que Edison Duka Siliprandi faz do ideal de emancipação do território uma vez que, para ele, pensar em uma “separação” poderia significar a tentativa de uma ruptura com o Estado Brasileiro, o que não é a intenção do movimento segundo este autor.

Deste modo, pudemos vislumbrar de uma maneira sintética, como os discursos políticos acabam por forjar o espaço físico. Deste modo, o Paraná busca construir-se enquanto coeso e luta efetivamente, personificado pelas elites interessadas no continuísmo, como um Estado de fronteiras naturais, com completa identificação com seu povo e, principalmente, sem possibilidades de rupturas ou redivisões.

²⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit. p. 216.

³⁰ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 19

CAPÍTULO II

BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO PRÓ-ESTADO DO IGUAÇU

A pretensão de abordar o tema do movimento pró-Estado do Iguaçu está ligada a uma perspectiva já abordada por Sérgio Lopes em 2004, quando este refere em artigo que o debate sobre o Estado do Iguaçu não foi devidamente contemplado pela historiografia regional. O fato de esta questão não ter sido refletida é um dos nossos objetos de pesquisa, no sentido de verificar um possível silenciamento ou mesmo um esquecimento deste movimento e suas causas, o que será melhor abordado no terceiro capítulo.

Sérgio Lopes, no citado artigo, aborda as origens do Movimento pró-Criação do “Estado do Iguaçu”, apresentando a sua evolução e as principais pautas de reivindicação deste. Segundo ele o movimento pela criação do Estado do Iguaçu tem sua origem concomitante à extinção do Território Federal do Iguaçu em 1946. Este território remonta a uma política da Era Vargas que tinha por objetivo consolidar a fronteira brasileira com a Argentina.

Vale ressaltar que a criação deste Estado alude a política do presidente Getúlio Vargas que versava sobre a “Marcha para o Oeste”. Este projeto de Getúlio procurava preencher aquilo que eram chamados de “vazios demográficos” e, de maneira autoritária e intervencionista, para usar os termos de Celma Burille, criou cinco territórios federais de fronteira no sentido de preencher estes tais espaços vazios. E o território do Iguaçu, segundo Edison Duka Siliprandi sempre preencheu todos os “requisitos exigíveis para que se transformasse [...] em território autônomo, autosustentável e independente”³¹.

Getúlio Vargas forja então a ideia de que a soberania nacional estava em risco, visto que países, tais quais, a Argentina e o Paraguai demonstravam cobiça em relação à regiões ao sul do país. Celma Burille aponta para o fato de que alguns autores abordam outro sentido para a manifestação de Vargas sobre os territórios de fronteira. Ou seja, Getúlio Vargas estaria atendendo as necessidades econômicas dos empresários e empresas colonizadoras gaúchas. Bem como, os excedentes de população no Rio Grande do Sul teriam seu deslocamento para a referida área.

Ainda segundo esta autora a região sudoeste do Paraná contava com uma quantidade pequena de habitantes e que, portanto sofria efetivamente um controle argentino “através da

³¹ SILIPRANDI, Edison Duka. Op. Cit. p. 16-17.

produção do mate e extração da madeira e trazendo produtos para os moradores locais consumirem³²”. E somente a partir da década de 1940 é que a região recebe um fluxo populacional mais efetivo de imigrantes gaúchos, catarinenses e descendentes de europeus.

Importante ressaltar que estamos tratando de uma política incentivada também pelo então presidente da república. Este em maio de 1943 criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, e deu início ao efetivo povoamento dessa região de fronteira³³. A criação do Território Federal do Iguaçu assinalava, portanto como uma possibilidade de manipulação destes contingentes populacionais por parte do Governo Federal.

Esta questão trará problemas efetivos quando, a partir da década de 1950, instalaram-se na região outras companhias particulares e começaram a reivindicar a terra que estava com os posseiros gaúchos e catarinenses. Segundo Celma Burille a questão torna-se muito complicada, pois mesmo advogados mais experientes não conseguiam vislumbrar uma saída para o imbróglio. Este assunto não será mais aprofundado, pois o nosso interesse envolve o movimento pelo Estado do Iguaçu tão somente.

No que concerne, portanto a questão do movimento pró-Território Federal do Iguaçu temos que a sua extinção se deu tão logo Getúlio Vargas tenha deixado o poder. Segundo Edison Duka Siliprandi

Em 1945, Getúlio Vargas deixou o poder, e disso se aproveitaram os políticos de Curitiba e Florianópolis, para pisotear a tenra plantinha da nascente unidade federativa: sem ouvirem a população, sem plebiscito, o território foi extinto por uma disposição da Constituição de 1946, sendo a sua área territorial dividida entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.³⁴

A primeira movimentação diz respeito a uma manchete do jornal Diário Popular, de Curitiba, no qual havia a denúncia de que estava sendo preparado “um golpe” contra o Paraná. Deste modo, as articulações para um movimento efetivo começam a ser lançadas. O jornal chama esta articulação como algo próprio dos “autonomistas”, ou seja, alguns grupos que tinham a “esperança” de uma nova independência administrativa ou certo tratamento especial para a região do Iguaçu.

³² BURILLE, Celma Faria de Souza. **Fragmentando o Paraná: O estudo de caso do Estado do Iguaçu.**

³³ BURILLE, Celma Faria de Souza. *Idem.* p. 3.

³⁴ Apresentação de Osmar Lautenschleiger in: SILIPRANDI, Edison Duka. **Estado do Iguaçu: Uma versão documentada.** Academia de Informações Literárias S/C Ltda. Agosto – 2000.

Segundo o autor Sérgio Lopes este movimento seria de elite, na medida em que cita matéria do Jornal Diário dos Campos da cidade de Ponta Grossa no Paraná, no qual aponta para os integrantes deste movimento, quais sejam, “pessoas grandes, comerciantes e industriais”³⁵. Isto faz com que surjam divergências de outros grupos elitistas e políticos que não viam com bons olhos a “re-criação” desta unidade federativa, como bem aborda Celma Faria de Souza Burille discorrendo que

Em Francisco Beltrão os políticos e população se posicionaram contra a criação do Estado do Iguazu desde o início [...] As autoridades de Francisco Beltrão, inclusive, lideraram a criação da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), em 1968, como reação ao movimento separatista.³⁶

Deste modo começamos a perceber quais são os lugares de produção tanto das articulações do movimento, quanto da memória de até então em relação ao movimento pela criação do Estado do Iguazu. Esta problemática dos “lugares” foi abordada por Pierre Nora e nos ajuda a perceber as vinculações desta memória com os próprios “produtores” do movimento e, em contrapartida, a omissão do restante da sociedade e da mídia que não coadunavam com os ideais dos grupos elitistas responsáveis pelo movimento.

No que concerne a movimentos políticos específicos, tão logo tenha ocorrido a extinção, Sérgio Lopes aponta para um “abaixo-assinado” de 1947 com a reivindicação da volta do referido Território. Este abaixo assinado era direcionado às autoridades da então capital do país, ou seja, o Rio de Janeiro.

Este primeiro movimento não teve aceitação de grande parcela da população, mas tão somente de um grupo reduzido da elite da antiga capital do Território Federal do Iguazu, atualmente onde se situa a cidade de Laranjeiras do Sul.

A discussão voltaria a acontecer no final da década de 1950 e começo da década de 1960 quando surgiram problemas nas regularizações da posse de terras e o movimento de “posseiros” levantou novamente esta problemática. A década de 1960 marca o fortalecimento deste movimento pois ele foi sistematizado em torno do ideal de emancipação³⁷.

Os principais grupos de reivindicação foram a –Comissão para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguazu – CODEI, criada em 1962, e a Sociedade para o

³⁵ Jornal Diário dos Campos, 1947, Ponta Grossa página 1 Apud: LOPES, Sérgio. **Estado do Iguazu: a trajetória de um movimento**. In: Revista Informe GEPEC vol. 8, n.º 2, jul/dez. 2004.

³⁶ BURILLE, Celma Faria de Souza.

³⁷ LOPES, Sérgio. **Estado do Iguazu: a trajetória de um movimento**. Op. Cit. p. 2.

Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguazu – SODEI, criada em 21 de abril de 1968³⁸ na cidade de Pato Branco, sudoeste do Paraná começaram a atuar em favor do ideal emancipacionista.

No que diz respeito, portanto, a institucionalização do movimento o primeiro documento foi elaborado pela Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira-SC em 1962, “sendo Heitor de Angeli presidente da Câmara e um dos líderes do movimento”³⁹.

Os dois grupos de reivindicação vinham a atender as novas aspirações emancipacionistas. Estas aspirações já não eram mais as mesmas de quando ocorreu a criação do Território Federal do Iguazu em 1943, pelo então presidente Getulio Vargas. Ao se criar a CODEI e a SODEI outros valores e ideais foram agregados na disputa pela emancipação do Estado do Iguazu, pois afinal três milhões de habitantes que estavam distribuídos nos 121 municípios, poderiam em grande parte vir a somar com os movimentos de emancipação, fato que passou a ser visado por diversos grupos envolvidos diretamente nesta disputa.

A CODEI, segundo Mauro Cezar Vaz de Camargo Júnior, tinha por objetivo desenvolver efetivos estudos para verificação da viabilidade e possibilidade da emancipação. As principais lideranças eram, segundo o mesmo autor, profissionais liberais advindos do Rio Grande do Sul e que tinham como discurso principal, a questão da exploração da região e a falta da contrapartida em investimentos para a mesma.

Uma das questões que ilustra enfaticamente o trabalho da CODEI é o estudo para a delimitação do pretendido território do Iguazu. Segundo esta organização, a questão primordial para justificar os 68.692km⁴⁰, seria a origem desta população, ou seja, os seus laços étnicos. Este laço estaria vinculado aos descendentes de povos europeus, quais sejam, italianos e alemães e provenientes do Rio Grande do Sul.

No que concerne, especificamente, a SODEI, Edison Duka Siliprandi verifica que o objetivo de tal instituição era o de organizar o desenvolvimento do movimento. O autor assinala com a quantidade de 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) membros fundadores da instituição e que surge em um dos principais municípios da região emancipadas, ou seja, Pato Branco. Ao longo da trajetória desta instituição foram realizadas reuniões e assembléias para as decisões mais importantes quanto ao movimento.

O então advogado Edi Siliprandi foi um dos responsáveis pela organização deste movimento e levou isso ao âmbito institucional quando da sua eleição para a Câmara de

³⁸ BURILLE, Celma Faria de Souza. **Fragmentando o Paraná**: O estudo de caso do Estado do Iguazu.

³⁹ LOPES, Sérgio. Op. Cit. p. 3.

⁴⁰ LOPES, Sérgio. **Estado do Iguazu**: a trajetória de um movimento. In: Revista Informe GEPEC vol. 8, n.º 2, jul/dez. 2004.

Deputados. Ele nasceu na cidade de Constantina no Rio Grande do Sul e instalou-se em Cascavel na década de 1970. Segundo seu filho Edison Duka Siliprandi, o território do Iguazu não foi a primeira causa emancipatória defendida por Edi. Ele teria lutado também pela emancipação de municípios do Rio Grande do Sul. Na vida política concorreu a diversos cargos, somente logrando êxito em 1990 com sua eleição para a Câmara dos Deputados.

Importante ressaltar, que após o golpe militar de 1964 o movimento passa por um período de estagnação retornando as suas reivindicações em 1967, com a assinatura da Constituição deste ano. Muito embora esta volta de atividade tenha acontecido, após o Ato Institucional n.º 5 de 1968 há um novo recrudescimento das atividades. Somente na década de 1980 o movimento voltou a atuar.

No que concerne ao período militar, Edison Duka Siliprandi pondera que os líderes do movimento tiveram sua vida vasculhada e foram chamados de agitadores. O próprio Edi Siliprandi discorreu que foi ameaçado muitas vezes e que fora obrigado a afastar-se temporariamente do movimento. Os governadores do Paraná e de Santa Catarina lançavam mão do instrumento sob o nome de Ato Institucional n.º 5 para reprimirem este movimento.

Como exemplo disso, podemos citar que

Durante uma manifestação em Pato Branco, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão máximo de repressão na época, mandou um aparato de 150 soldados da Polícia Militar armados em marcha pelas ruas, para conter os manifestantes.⁴¹

Deste modo, percebemos de que maneira o movimento foi atacado efetivamente pelas elites locais, não interessadas em uma divisão territorial.

A década de 1970 assinalou uma questão bastante interessante no que diz respeito ao movimento, qual seja, a aquisição de um periódico para divulgação dos atos do movimento. Este jornal tinha o nome de “Fronteira do Iguazu” e tinha sede na cidade de Cascavel.

Segundo Edison Duka Siliprandi a década de 1980 foi importante no sentido de conferir a possibilidade da participação da sociedade civil organizada, segmentos sociais, prefeituras e população em geral em torno do movimento. Um novo fôlego verificou-se para que o movimento pudesse apresentar um projeto de plebiscito pró-criação do Estado do Iguazu no bojo do processo da realização de uma nova constituição em 1987.

Importante ressaltar que para tal proposta de projeto, a SODEI solicitou um estudo de embasamento chamado “Estado do Iguazu – Justificativa preliminar de criação”. Tal estudo

⁴¹ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 54

foi elaborado por professores da Universidade Federal de Santa Maria – RS e apontava para a possibilidade de criação do Estado do Iguazu através do desmembramento de parte do estado do Paraná e Santa Catarina. Seria, portanto uma justificativa científica para uma nova redivisão territorial no Brasil.

A proposta de emenda para a realização do plebiscito foi rejeitada e o movimento mobilizou-se em torno de uma outra possibilidade, qual seja, a proposta de uma Emenda Popular. Após conseguir 50.000 assinaturas o movimento organizado encaminhou o abaixo-assinado à Assembléia Nacional Constituinte, porém, apesar da participação do deputado Nilso Romeu Sguazeri a proposta nunca chegou a ser votada.

Edi Siliprandi quando deputado criou uma comissão provisória central e comissões regionais no sentido de alavancar a população em torno do ideal emancipatório. A tribuna da câmara foi utilizada por ele diversas vezes no sentido de discorrer sobre o movimento. Porém o principal instrumento tentado por ele foi “O projeto de Decreto Legislativo, que recebeu o número de 141/91, foi apresentado em 28 de novembro de 1991, com justificativas históricas, políticas e econômicas”⁴².

O projeto conseguiu aprovação para ser votada na Câmara no dia 31 de março de 1993, porém foi rejeitado diante da articulação, principalmente de representantes das Câmaras Legislativas do Paraná e de Santa Catarina. Edison Duka Siliprandi narra com angústia o que foram os momentos que antecederam a votação. Segundo ele “quem esteve lá para aquele propósito sentiu o sabor da tragédia – A nossa derrota, o fim do sonho iguaçuano”⁴³.

Muito embora o tom de Edison Duka Siliprandi seja de desolamento, ele continua postulando, em seu livro, que o ideal emancipacionista ainda tem possibilidades de sublevar-se e levar a cabo a sua vontade principal, qual seja, a realização de um plebiscito no sentido de deixar a população decidir sobre a criação do Estado do Iguazu.

No caso do Paraná o principal político contrário foi o deputado Aníbal Khury (PTB-PR) através da campanha “O Paraná é indivisível” de 1992. Edison Duka Siliprandi chega a chamá-lo de “arquinimigo”⁴⁴ do movimento. Este político, segundo Celma Burille, distribuiu cartazes, livretos e panfletos e realizou diversos anúncios na imprensa contra o ideal emancipacionista. No discurso contrário à criação do Estado pontuava-se a temeridade em fazer insurgir outro movimento, qual seja, o da criação de uma nova Nação, unindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte do Mato Grosso.

⁴² LOPES, Sérgio. Idem. pg. 4

⁴³ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 95

⁴⁴ SILIPRANDI, Duka. Idem 54

Também no que diz respeito ao movimento “O Paraná é indivisível” Mauro Camargo Júnior cita Rafael de Lala, então funcionário da Assembléia Legislativa do Paraná e que era também colaborador da Gazeta do Povo. Este jornalista teria tido participação efetiva na coordenação do movimento Pró-Paraná que ficou conhecido como MPU (Movimento Pró Unidade).

Mauro Camargo faz uma interessante análise sobre esta movimentação contrária ao Estado do Iguazu, pontuando que

...pode-se perceber que o tom do discurso, a exemplo do material produzido pelo movimento paranista, se coloca como ‘realista e técnico’ em contraponto ao que consideravam do movimento oposto que seria motivado por ‘regionalismos e interesses de pessoas ou grupos’⁴⁵.

Ou seja, o discurso promovido pelo movimento paranista, enunciado também pelo então governador do Estado do Paraná Roberto Requião em 1993, aponta para o desenvolvimento efetivo da região e ressaltando o seu potencial. Portanto, segundo Mauro Camargo o Movimento Pró Unidade tinha um tom conciliador e propunha a união da população daquela região em torno do Paraná. Além do que, uma questão bastante pertinente de se retratar é a preocupação de Aníbal Khury com a formação do MERCOSUL e, como o Estado do Iguazu, traria efetivamente uma barreira para o contato do Paraná com a região das três fronteiras.

Edi Siliprandi tentou se reeleger em 1994 e não logrou êxito, bem como nas eleições de 2002. A propaganda do político versava, principalmente, sobre a criação do Estado do Iguazu. Este fracasso eleitoral pode ser colocado, portanto, como fruto da campanha pela criação do Estado do Iguazu, que não estava tendo apoio dos eleitores dos territórios envolvidos, nem mesmo da população em geral. Os elementos políticos, portanto, é a tônica para a não expressão do movimento nos meios midiáticos em geral.

Segundo Sérgio Lopes, os governos foram fundamentais para tentar “esvaziar” o movimento, governos estes de Paraná e Santa Catarina. Para tanto, atendiam parte das reivindicações populares e deixavam de lado as questões próprias do movimento.

⁴⁵ JUNIOR, Mauro César Vaz de Camargo. **“Vai um boi volta um bife”**: O movimento pela criação do Estado do Iguazu nas últimas décadas do século XX. Florianópolis, 2011. p. 98

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA

Percebe-se que a memória em relação ao movimento pela criação do Estado do Iguazu está sendo relegada na historiografia regional, na medida em que poucos autores a abordam e as discussões sobre o assunto na academia, praticamente inexistem. Sem a constituição de uma memória não é possível pensar o fato histórico, visto que, “de acordo com os gregos antigos, [a memória] era condição do pensamento humano”.⁴⁶

No entanto, nem a memória pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas, nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso, ela é um processo permanente de construção e reconstrução um trabalho, como aponta Ecléa Bosi. O esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu caráter fluido e mutável⁴⁷

Nessa citação a Ulpiano Bezerra de Meneses deixamos claro que não é pretensão deste trabalho abordar a memória como a própria história mas, tão somente, como objeto dela. Sendo assim, a memória está sujeita a uma dinâmica, vinculada diretamente aos produtores desta no tempo. Tem, como bem diz o autor um caráter fluido e mutável e isto está vinculado a grupos e sociedades. Neste momento, percebemos dois *locus* de produção de memória que, através dos tempos, vem consolidando, segundo nossa perspectiva, para o silenciamento sobre o movimento. Quais sejam, os governantes e membros do movimento pró-Paraná e os pleiteadores do Estado do Iguazu.

Deste modo percebe-se que a historiografia, principalmente a “didática” silencia em relação a criação e extinção do Território Federal do Iguazu. E, a partir deste trabalho, temos a pretensão de perceber as motivações para tal silêncio e, em alguma medida, problematizar essa redivisão territorial na década de 1940 no Brasil.

Para Edison Duka Siliprandi o projeto do Estado do Iguazu foi

⁴⁶ SAMUEL, Raphael. **Teatros da memória**. Proj. História, São Paulo, fev. 1997. Pg. 41.

⁴⁷ MENESES, Ulpiano Bezerra. **A história, cativa da Memória?** Rev. Inst. Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 34. p. 10

condenado não apenas ao mero esquecimento (livros a seu respeito não foram escritos – no máximo citações de somenos importância, talvez referência que passe despercebida nas obras da história do Paraná e Santa Catarina ou das que trate das revoluções sul brasileiras com o claro interesse de não “macular” suas histórias)⁴⁸.

Ao se passar mais de uma década que o Projeto de Decreto Legislativo foi votado na Câmara dos Deputados, que culminou na rejeição, ou seja, não realização do plebiscito referente à emancipação do Estado do Iguçu, os ideais que motivaram toda esta campanha continuaram latentes no discurso de alguns indivíduos. Depois de tempos, muitos ainda fazem o uso do discurso emancipacionista utilizando-o para reivindicar algo do interesse da região, o caso mais expressivo foi o do deputado federal Werner Wanderer que, em 2001, disse em seu discurso na Câmara Federal:

Com a população desrespeitada, violentada em seus direitos e ignorada como parte principal do processo, já estou vislumbrando novo movimento nas regiões sudoeste e oeste para a desmembração territorial, com o retorno da articulação do novo Estado do Iguçu⁴⁹. (Jornal O Paraná, Cascavel, 21/06/2001, pág. 17).

Werner se valeu deste discurso para sensibilizar os demais deputados para a abertura da Estrada do Colono e revelou que o ideal que permeia o desejo de emancipar esse território não estava totalmente dissolvido nos meandros da política paranaense.

No entanto cabe um questionamento em relação a todos estes acontecimentos históricos em torno do Estado do Iguçu. Quais eram os grupos que fomentavam estes ideais? E como se construiu ao longo das décadas a memória (ou não-memória) em relação à emancipação?

Em sua abordagem, Sérgio Lopes remete a conceituação de território nas constituições brasileiras até 1937, ou seja, antes do fato ocorrido, o que leva a perceber o ensejo do pesquisador em buscar as origens da divisão dentro da noção de território para o Estado brasileiro. Entendemos, portanto, que se faz necessário enfatizar essa problemática da desterritorialidade sofrida na região do Território Federal do Iguçu como um fomento político, levado a cabo pelo poder nacional, mas provavelmente, com articulações com o poder local.

⁴⁸ SILIPRANDI, Duka. **Estado do Iguçu**: Uma versão documentada. Academia de Informações Literárias S/C Ltda. Agosto – 2000. p. 16

⁴⁹ Jornal O Paraná, Cascavel, 21/06/2001. Pág. 17.

Busca também o autor de *O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”*, analisar a conflituosa constituição das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina no que concerne a Guerra do Contestado e de que maneira a “queda” de Vargas e a “nova democratização” do Brasil pós-1945 levou a uma nova estratégia territorial e a posterior extinção Território Federal do Iguaçu, como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Em relação à mídia, percebemos que o Território Federal do Iguaçu se valeu de um jornal, qual seja, “Fronteira do Iguaçu” para a difusão de seus ideais. No que diz respeito a mídia paranaense em geral não verificamos uma abordagem maior sobre o movimento.

Pretendemos que a história, acerca do movimento, seja problematizada a luz das memórias que se constituem sobre ela. Esta história que fez silenciar (queremos entender o porquê), mesmo não tendo o silêncio como projeto, as lutas em torno do ideal emancipador. Buscamos, portanto, o “lugar da memória” do movimento, porque este pode se constituir em “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”⁵⁰.

Ainda Segundo Nora:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história.⁵¹

O movimento emancipacionista, do qual estamos tratando, certamente necessita de história. Mas uma história que passe necessariamente pelo “fogo” e “jogue” dialeticamente com o “clarão da memória” de Nora. Deste modo, entendemos que buscar as articulações político-ideológicas é um despertar de memória que suscitará quiçá, um espírito crítico sobre o movimento. “Quero dizer que temos necessidade dela (a história) para a vida e para a ação”⁵² e que, portanto, entendemos essa ação como uma ação crítica, politizada e, naturalmente esclarecida.

Porém, com essa proposta temos, efetivamente, que tomar cuidado pois nos colocamos na posição de historiadores sobre o movimento. E o historiador tem efetiva participação na elaboração de uma crítica sobre fatos, documentos e memórias. Como aborda Michel de Certeau

⁵⁰ NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, PUC, 1981 p. 7 – 28.

⁵¹ NORA, Pierre. Idem. p. 9.

⁵² NIETZSCHE, Friedrich. **Considerações Intempestivas**. Lisboa, Martins Fontes: 1976.

O historiador modifica o espaço, tal como o fazem o urbanista integrando os prados no sistema de comunicações da cidade, o arquiteto, quando ordena o lago sob a forma de uma barragem, Pierre Henry quando transforma o rangido de uma porta em motivo musical, e o poeta que subverte as relações entre ‘ruído’ e ‘mensagem’.⁵³

Deste modo, temos a intenção de lançar novas luzes sobre o movimento, mas sabendo que temos a possibilidade de “modificar” espaços, mesmo que espaços simbólicos de memória. Ainda segundo Pierre Nora, estaremos constituindo história sempre que “haja rastro, distância, mediação”⁵⁴. Saltamos, portanto, da memória para a história propriamente dita. Disto provém, portanto, o estudo, para que estas memórias esparsas ou construídas de maneira tendenciosa, portanto segundo “mediações” tal como propõe Nora, tornem-se efetivamente a história a ser debatida.

No debate de Pierre Nora, encontramos suporte para a crítica sobre os grupos que compõe esta estrutura de memória sobre o Território Federal do Iguazu. Isto porque as memórias constituídas serão sempre “vida”, para utilizar o termo do próprio Nora, e sendo vida sempre serão carregadas por grupos vivos, deste modo, permanecendo em:

Evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações⁵⁵.

O fato de estarmos tratando de um movimento feito, especialmente, por indivíduos com ideologias políticas, nos leva a perceber que a história sobre o Movimento pela Emancipação do Estado do Iguazu está completamente suscetível e vulnerável a manipulações e arranjos deste tipo. É deste modo que pretendemos analisar a fundo os escritos de Edison Duka Siliprandi, por este estar vinculado de maneira efetiva ao movimento “oficial” e, portanto, forjador de uma revitalização discursiva sobre o Movimento, na tentativa de constituir uma ação afirmativa e positiva sobre este. Segundo Nora, é necessário pensar acerca desta construção histórica, pois segundo ele, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.⁵⁶

⁵³ CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 30

⁵⁴ NORA, Pierre. Idem.

⁵⁵ Idem, pg. 9

⁵⁶ NORA, Piere. Op. Cit. p. 9

Nora nos fornece o subsídio para o estudo do “grupo” que compõe a articulação do movimento quando cita Halbwachs, ou seja, segundo este “há tantas memórias quantos grupos existem”⁵⁷. Deste modo, faz-se necessário analisar a constituição de certas memórias pelo grupo atrelado ao movimento emancipatório, bem como, dos grupos que sistematicamente rejeitam isto enquanto articulação política plausível.

Segundo Pollak, a memória passa por uma disputa e os próprios objetos de pesquisa são escolhidos tendo em vista o conflito e a competição de memórias concorrentes. Nesse sentido, podemos perceber que este tema está ligado à constituição de memórias antagônicas, no que concerne ao silêncio historiográfico e a construção da hegemonia do movimento emancipacionista.

Ainda Segundo Michael Pollak e, acerca do silêncio que percebemos na produção historiográfica, o longo silêncio sobre algum fato do passado não conduz ao esquecimento, mas configura-se em resistência de uma sociedade, ou grupo (no nosso caso) que está impotente diante da dominação ideológica. É uma clara oposição ao excesso de discursos oficiais, porém, há uma disseminação de lembranças em redes restritas, tais quais, família e amigos. Em determinado momento isto poderá emergir e, compor cartas políticas ideológicas não mais sob o controle dos dominantes e/ou vencedores.

Pollak faz uma longa digressão sobre as possíveis razões do silêncio, abordando de forma interessante que as razões podem existir, não somente para os vencedores, como também para os vencidos. Os vencedores têm claramente o ensejo de encobrir os seus atos ou mesmo a vontade de isentar-se de alguma culpa (exemplo de oficiais nazistas, segundo o autor). Já os vencidos acabam silenciando, muitas vezes, por conveniência, vergonha ou mesmo por não ter alguém que “escute” as suas formulações.

Este autor nos ajuda na medida em que forja o chamado “enquadramento da memória”. Ou seja, no sentido da constituição de determinada história, os grupos dominantes podem lançar mão de enquadrar a memória e o fazem de maneira sistemática, para que não aconteçam falhas. Este trabalho de enquadramento, segundo o autor, se alimenta daquilo que produz a história. Portanto, a produção aqui realizada tem a pretensão de ser um material de análise crítica e de “desenquadramento” da memória.

Corroborando tal discussão Raphael Samuel aponta que, atualmente, a memória não é apenas uma guarida que passivamente guarda e armazena informações, mas uma força ativa que molda e que é dinâmica. Não fazer memória sobre determinado fato, entendemos,

⁵⁷ Idem, pg. 9

também molda de uma maneira ou de outra, o olhar sobre tal evento. É trabalho da história, portanto, sintetizar as diferentes classes de informações e contrapor diferentes ordens de experiência para criar “uma narrativa consecutiva a partir dos fragmentos, impondo ordem no caos e produzindo imagens muito mais claras do que qualquer realidade poderia ser”.⁵⁸

O LIVRO DE EDISON DUKA SILIPRANDI: UM LUGAR DE MEMÓRIA

No que concerne à discussão específica do movimento, temos como referência uma fonte primária, qual seja, o livro de Edison Duka Siliprandi *O Estado do Iguaçu: uma versão documentada* de 2000. Chamamos de fonte primária, pois esse autor pretende dar voz ao próprio movimento, na medida em que é um participante dele. Filho de Edi Siliprandi, o deputado citado anteriormente, confere uma descrição do movimento ao mesmo tempo pormenorizada e romantizada.

Em seu prefácio Edison Duka Siliprandi escreve que nunca “ninguém narrou com a fidelidade necessária e *verdadeira* todas as fases de acontecimento”⁵⁹ e essa ausência justificar-se-ia por razões políticas. Razões políticas essas que temos a pretensão de encontrar em nossa análise. Acreditamos que a principal contribuição do livro, além de uma narração de “dentro” do movimento, seja o diálogo que ele trava com documentos próprios deste.

Este livro está inserido naquilo que é chamado lugar da memória do movimento emancipacionista. Ou seja, os lugares de memória têm objetivos e estes se personificam através do jogo dialético com o material fornecido pela história, mas “nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores”⁶⁰.

Ainda no que concerne aos lugares de memória, pontua Pierre Nora

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é por isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações⁶¹.

⁵⁸ SAMUEL, Raphael. Op. Cit. p. 45.

⁵⁹ SILIPRANDI, Edison Duka. **O Estado do Iguaçu: uma versão documentada**. Cascavel, Academia de Informações Literária, 2000. (Grifo nosso).

⁶⁰ NORA, Pierre. Op. cit. p. 23

⁶¹ Idem, p. 22.

O livro em questão serve como lugar de memória, pois é “sinal de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”⁶². Nesse mesmo sentido Edison Duka Siliprandi aponta os “protagonistas” deste movimento como “abnegados soldados do ideal”⁶³ que iniciaram há mais de três décadas a missão de tirar do abandono e esquecimento um pedaço do Brasil. Sendo assim, percebemos que o próprio autor acaba por julgar-se um abnegado soldado do ideal acerca do Estado do Iguazu.

Além do que, podemos vincular tal escrito às discussões de Jaques Le Goff quando pontua que aquilo que sobrevive de um passado passa por escolhas. Tais são efetuadas por forças que operam através dos tempos. O passado, portanto pode ser vislumbrado a partir dos materiais que fornecem memória, quais sejam, os documentos que são assim considerados por escolha do historiador e os monumentos tratados pelo autor como herança do passado.

Percebemos que o livro em questão se encaixa na questão do monumento, na medida em que filologicamente falando estes são “tudo aquilo que pode evocar o passado, *perpetuar a recordação*, por exemplo, os atos escritos”.⁶⁴ Deste modo os atos descritos por Edison Duka Siliprandi acabam corroborando para a constituição de um verdadeiro monumento para o movimento pela emancipação do Iguazu e aqui nossa pretensão foi transformá-lo em documento de história.

A análise que aqui fazemos tem em vista a percepção de Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.⁶⁵

Deste modo percebemos que o livro em questão se encaixa nessa discussão na medida em que as relações de força e vínculos que o filho de Edi Siliprandi tem com o movimento no momento de sua escrita são efetivas.

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que e ainda menos “neutra” do que a sua intervenção.⁶⁶

⁶² Idem, p. 13.

⁶³ SILIPRANDI, Edison Duka. Op. Cit. p. 9.

⁶⁴ LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Grifo nosso.

⁶⁵ LE GOFF. Op. Cit. p. 545.

⁶⁶ LE GOFF. Op. Cit. p. 547.

As escolhas e intervenções, segundo Le Goff, não são neutras, portanto o livro em questão serve de subsídio para uma análise do movimento “por dentro”. Percebemos que é premente, por parte do autor, o entrosamento entre o público e o privado, ou seja, remonta a história do movimento levando em consideração questões pessoais de toda a sorte.

Logo no começo, Edison Duka Siliprandi revela o que ele pretende que o livro seja

Este livro é dedicado principalmente aos membros fundadores da SODEI – Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu. Aos simpatizantes da causa e aos habitantes de nossa região, que comungaram e ainda têm esperanças e a ilusão de serem felizes com a criação do Estado do Iguaçu. É uma homenagem também ao cidadão Edi Siliprandi, cuja biografia confunde-se com a própria história do Iguaçu. Mais de 30 anos de luta e de casamento com Olinda, inseparável e insuperável parceira. Se a vida não premia com justiça nossos feitos, que eles ao menos sejam registrados!⁶⁷

Neste trecho podemos perceber o caráter romântico da narrativa, na medida em que evoca uma gama de sentimentos atrelados ao movimento político de emancipação. Isso aparece contundentemente na fala de “homenagem” ao cidadão Edi Siliprandi, bem como, a lembrança do nome da esposa deste, que é mãe do autor em questão. Edison Duka Siliprandi pretende, portanto que o livro se constitua em uma correção histórica, na medida em que “se a vida não premia” os feitos dos indivíduos que participaram do movimento pró-Iguaçu que pelo menos este livro sirva de registro destes.

Este registro, conforme a discussão anterior, não é realizado “fora” de um lugar social de produção e, nesse caso, por ser atrelado internamente ao movimento, acaba por forjar um *locus* identitário mais baseado na emoção do que na prática política do movimento. Deste modo, começamos a tratar o livro em questão como um documento/monumento na medida em que ele é “em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar a demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção”⁶⁸ deste.

Fica bem evidente essa constituição de um documento/monumento emocional, no momento em que Edison Duka Siliprandi realiza uma síntese biográfica de seu pai, Edi Siliprandi. Nesse momento ele se utiliza de uma linguagem informal e intimista ao referir-se aos fatos que permearam a vida de seu pai. Além de ressaltar os fatos políticos e entrada no

⁶⁷ SILIPRANDI, Edison Duka. Op. Cit. p. 12

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. Op. Cit. 548.

movimento pelo Iguazu, funde questões de cunho pessoal, nomeando irmãos e amigos deste personagem.

O autor em questão ainda pretende forjar uma memória para o seu escrito, qual seja a de mais completo e contundente arcabouço de documentos sobre o Estado do Iguazu.

Contando com um elenco robusto e genuíno de documentos importantes e que ilustram “Estado do Iguazu – uma versão documentada”, que vão desde fotografias da época, certidões, moções de apoio ao movimento de câmaras municipais, certificados confeccionados especialmente aos iguaçuanos (título de cidadão iguaçuano), ofícios, intimações do Exército Nacional convocando líderes da causa a comparecerem para prestarem esclarecimentos sobre subversão (tentativas intimidatórias), faturas e notas fiscais de emissoras da grande imprensa responsáveis pela cobertura do advento emancipatório alavancavam a existência dos idealistas é o que leitor tem a disposição para com seus próprios olhos compreender a dimensão de tamanha luta.⁶⁹

Através deste trecho podemos perceber que o livro trata-se mais de um inventário de documentos sobre o movimento pela criação do Estado do Iguazu, do que efetivamente um livro crítico acerca deste. Lembrando que esta nem parece ser a intenção do autor, porém tal intenção revela-se na constituição de uma determinada memória sobre os acontecimentos. Disso nem Edison Duka Siliprandi e, provavelmente, nenhum outro historiador conseguiriam fugir.

Ademais, no que diz respeito a este forjar de uma memória romântica e carregada de emoções e questões pessoais, Edison Duka Siliprandi pontua que nenhum outro momento do movimento pró-Iguazu, iniciado já em 1946, foi mais contundente e, nas palavras do próprio autor “mais marcante pela luta e paixão”⁷⁰ do que aquela realizado por seu pai, Edi Siliprandi.

Edi Siliprandi aparece no livro saudosista, como uma figura atuante e destemida em relação a luta pela criação do referido Estado. Segundo Duka, Edi conduziu os trabalhos da SODEI a partir do ano de 1968 foi o responsável direto pelo entusiasmo daqueles que militavam por esta causa. Este líder, segundo o autor, ele era alvo constante das ameaças do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, instituição atuante durante o período de Ditadura Militar no Brasil (1946-1985).

Apesar disso continuava tentando alavancar o movimento, segundo Duka, desafiando as autoridades constituídas por conta do “sonho” de emancipação. Edison Duka Siliprandi é

⁶⁹ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 30

⁷⁰ SILIPRANDI, Duka. Idem. p. 42

contundente ao ressaltar que “a repressão não logrou êxito e jamais intimidou o Iguaçu”⁷¹. Aqui, não vemos a citação do nome de Edi Siliprandi, pois em determinados momentos da fala, Edison Duka Siliprandi faz com que este se transforme na personificação do ideal, portanto não é mais contra um líder que as forças repressoras investem, mas contra o “Iguaçu”.

As causas para um possível enfraquecimento do movimento, durante o período militar, segundo o autor são decorrentes de diversos fatores. Não é a repressão o fator fundamental, visto que todas as expressões desta não foram capazes de “apagar” o ideal. Edison Duka Siliprandi aponta para a falta de força política na região nesse período, bem como, a carência de recursos financeiros como fatores fundamentais nesse processo. Isso fez com que alguns dos idealizadores do movimento esmorecessem diante desta situação. Porém, Edi Siliprandi mantinha a “chama acesa” na medida em que continuava a sua pregação acerca da causa. O ato institucional n.º 5 promulgado pelo então presidente militar Costa e Silva no Ano de 1968, serviu para inibir e sufocar temporariamente o movimento.

Na medida em que Edison Duka Siliprandi avança na sua digressão acerca do movimento, percebe-se cada vez mais o entusiasmo ao vincular este a figura do seu pai. Preenche as linhas com palavras que evocam emoção e que conferem ao fato um status quase metafísico e onírico. Vide o título do capítulo “O Fim do Sonho”.

Segundo o autor, a década de 1990 se aproximava e o Estado do Iguaçu permanecia enquanto um sonho distante. O que faltava, segundo ele, era uma pessoa realmente comprometida com a causa. “Um político da região com poder de barganha e sem outros interesses paralelos”⁷².

Condena também, nesse capítulo, a sonegação da realização de um plebiscito para que a população da região envolvida pudesse decidir sobre os rumos fronteiriços da referida. Aponta como mesquinhos e cruéis, políticos como Aníbal Khury, José Richa, Euclides Scalco, Roberto Requião, Maurício Fruet, Álvaro Dias, Deni Schwartz, Mário Pereira, Francisco Leite e o governador de Santa Catarina em fins da década de 1980, Espiridião Amin, notadamente anti-emancipacionistas.

Estes homens, que foram levados ao poder pelo voto popular, pela livre escolha, vejam os senhores: não permitiram que este mesmo

⁷¹ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 44

⁷² SILIPRANDI, Duka. Idem. p. 59

povo decidisse os rumos destas áreas discriminadas, ora em questão, também nas urnas⁷³.

Ao apontar esses indivíduos Edison Duka Siliprandi acaba por estabelecer o *locus* de contrariedade em relação ao movimento, seus inimigos, aqueles que romperam com o sonho emancipacionista, os culpados. Percebemos, portanto que os situacionistas paranaenses e catarinenses em fins da década de 1980 não tinham nenhum interesse na discussão e mesmo realização de plebiscito junto à população para decidir em relação à formação do Estado do Iguazu.

No desenvolvimento e construção de seu livro Edison Duka Siliprandi, após apontar os inimigos políticos do movimento, indica na seqüência aquele que, ocupando um cargo público, lutará efetivamente, reerguendo a bandeira do Iguazu, qual seja Edi Siliprandi. Segundo Duka, o movimento pró-Iguazu renasce com a candidatura de seu pai.

Neste momento, Edison Duka Siliprandi elenca claramente os *locus* de onde o movimento estava sendo propalado, ou seja, o que ele chama de “pedetistas” e “partidários da social democracia”. O fato dele não colocar, nesse primeiro momento, a sigla dos partidos nos chama bastante a atenção. O discurso de Duka que se mostra bastante romantizado, nesse momento, assume eufemismos até mesmo para tratar de assuntos políticos o que denota certa aproximação e afeto por esse *locus* específico.

Houve a necessidade de acontecer um processo de convencimento para que Edi Siliprandi concorresse á Câmara Federal. E isso, somente teria acontecido, pois o futuro candidato percebeu que esta seria a única maneira de levar a reivindicação do Estado para Brasília. Neste momento do livro sobressai-se um dos momentos de maior vínculo afetivo do escritor com o líder do movimento. Discorre Duka

A família do então candidato, composta por dona Olinda, esposa e seus três filhos Edison Augusto (Duka), Luiz Iguazu (Niko), e Carlos Alberto (Chili), uniu-se incondicionalmente e envolveram-se na causa emancipacionista de corpo e alma⁷⁴.

Edison Duka Siliprandi revela o seu vínculo de uma maneira muito clara e acaba por revelar de que maneira esse livro vai se constituindo como um efetivo “monumento” do movimento do Iguazu. Perpetuando – ou tentando – certa memória, de certo grupo, de uma certa maneira e para atender a certos pressupostos. Esses pressupostos, para nós, parecem ser,

⁷³ SILIPRANDI, Duka. Idem p. 59

⁷⁴ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 62

forjar uma identidade emocional e um vínculo afetivo, para que os moradores da região sintam-se, através de uma narrativa intimista, parte da “família iguaçuana”.

Edi Siliprandi tornou-se, portanto candidato a deputado Federal pelo PDT-PR e como os remanescentes da luta pela criação do Estado do Iguazu já imaginavam, passou a assinalar com uma campanha voltada a defender a redistribuição territorial do país e pela criação do Estado do Iguazu.

A base da sua campanha foi, efetivamente, a questão do Estado do Iguazu, objetivo que, segundo Edison Duka Siliprandi, ele defendeu por mais de 30 (trinta) anos. A ideia principal era a defesa da realização do plebiscito e, para tanto, ter na região um representante no Congresso Nacional, seria necessário.

As articulações de Edi Siliprandi, ora enquanto pleiteante ao cargo de Deputado Federal, encontraram respaldo em antigos adeptos do movimento. Edison Duka Siliprandi cita o ex-prefeito de Pato Branco, Clóvis Santo Padoan como um dos bastiões do movimento. Este respaldo acaba forjando entre a população da região um posicionamento favorável à causa, segundo o autor.

Esse esforço, porém foi em vão, na medida em que, como relatamos no segundo capítulo da proposta de realização de um plebiscito para que se decidisse pelo futuro do Estado do Iguazu nunca chegou a acontecer. O livro de Edison Duka Siliprandi parece para nós, portanto como um foco de resistência de certas memórias. Percebemos que a historiografia não confere importância alguma ao movimento pela criação do Estado do Iguazu, provavelmente por ferir os interesses de grupos políticos envolvidos e necessitados da atual hegemonia dos estados do Paraná e Santa Catarina.

Sonhador, Edison Duka Siliprandi neste livro de 2000 pondera

Não creio, de maneira alguma, que setores reacionários do Paraná e Santa Catarina impedirão eternamente o desejo de uma região que pede apenas para avançar e desenvolver-se, favorecendo assim, a continuidade do clima de disputa entre irmãos brasileiros. A grandeza de uns não justifica o subdesenvolvimento de outros. Este conflito fronteiriço nasceu pela desigualdade de tratamento. O que esperamos daqui por diante é que se reconheça o anseio de um povo que luta pela liberdade e que pensa um dia em conseguí-la sem intolerância nem radicalismos.⁷⁵

Pudemos verificar, portanto que o livro serve como um apoio ideológico de caráter dramático e emotivo, no sentido de conferir certa memória ao movimento pró-Estado do

⁷⁵ SILIPRANDI, Duka. Op. Cit. p. 146

Iguaçu. Percebemos que o silêncio historiográfico contrasta com o discurso, por vezes emocionado, de Edison Duka Siliprandi e que, portanto, a história permanece como um campo de batalhas constante e que, ao elaborar uma história-crítica acerca dos fatos e discursos possibilita perceber os meandros e articulações de uma construção histórica que se busca esconder, ou seja, que a história é isso mesmo: “construção”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, pudemos perceber claramente que as discussões atreladas à constituição física de fronteiras tanto no Paraná quanto no Brasil, são embrionárias. Isto pode estar vinculado a diversos fatores, mas o que nos pareceu mais contundente é a questão efetivamente política.

Deste modo, fazer silenciar sobre a fundamentação das linhas fronteiriças nos Estados e na Nação, parece fruto de uma tentativa da historiografia, vinculado a grupos dominantes em esconder as suas verdadeiras razões. Sendo assim, a memória que se estabelecesse em relação às fronteiras acaba ficando relegada a segundo plano e, em alguma medida, silenciada em nome da ideia de que as fronteiras “emanam naturalmente” e conglomeram no mesmo espaço físico indivíduos que devem sentir-se parte integrante – identificados – com aquele território específico.

Sendo assim, todas as questões de luta e empenho para que as linhas de fronteira sejam revistas, as questões que envolvem dominação e poder e todo o jogo político atrelado a estas questões desaparecem, como passe de mágica, da história que se ensina nas escolas, que se difunde no senso comum.

Procuramos, através de nossa análise verificar como os jogos de poderes contribuíram para a formulação de linhas fronteiriças em nossa região. E pudemos vislumbrar como se deu, através dos tempos, analisando o texto de Christiane Marques Szesz, a construção da ideia de Paraná. Parece estranho tratar dessa maneira e nos causou essa estranheza o fato de que, para que um território gozasse de coesão no imaginário popular, os governos de diversos momentos, construíram esse imaginário.

As disputas territoriais, portanto que estão vinculadas a um período histórico de grande vulto, como é o caso do Estado Novo no Brasil, sob a égide de Getúlio Vargas também são tratadas como questões secundárias, como se não fosse importante perceber de que maneira, esse presidente, movido por diversos interesses, divide o Brasil, e mais, de que maneira àqueles que o sucederam desfizeram essa divisão. Infelizmente, estamos falando de um processo que não é debatido enfaticamente na academia quanto mais pela historiografia.

O nosso objetivo fica evidenciado no fato de querermos moldar uma história-crítica sobre um movimento específico que buscava a movimentação das linhas de fronteira restabelecidas em 1946, ou seja, o movimento pela criação do Estado do Iguazu. Este havia sido criado pelo nome de Território Federal do Iguazu, porém foi extinto alguns anos depois.

Não com a pretensão de julgar o valor do movimento, mas na tentativa de lançar novas luzes sobre o fato é que nos empenhamos em discutir esse tema. Deste empenho pudemos confrontar construções diferentes, em termos imagéticos, sobre o movimento pelo Estado do Iguazu.

Em um primeiro *locus* de memória, encontramos o silêncio, ou seja, a não abordagem e não discussão sobre o movimento e seus interesses, por parte das elites e governos situacionistas de diversas épocas, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina e, por que não, no Brasil. Percebemos, portanto que essa não abordagem acaba fomentando a ideia até mesmo de que o movimento nunca existiu efetivamente, ou se existiu, não tinha interesses lícitos e plausíveis, merecendo ser esquecido.

Mas, de outro lado, pudemos verificar o contraste através da memória forjada por um partícipe do movimento, qual seja, Edison Duka Siliprandi. Através do livro deste indivíduo encontramos a pretensão de “dar-se vida” ao movimento. Mostrando-o como algo fluido, atuante no tempo, personificado na figura de seu pai Edi Siliprandi. Construído de dentro do movimento específico pudemos verificar que os lugares de memória constituem arcabouço fundamental para a construção da história e que, através da contundência com que foi realizado, esse lugar de memória pode ser considerado um documento/monumento.

O movimento pela criação do Estado do Iguazu foi um acontecimento de gerações, merece ademais, que percebamos que existe uma diversidade de interesses em jogo e que, estes interesses acabam corroborando na construção de memórias diversas. Fica a cargo do historiador lidar com essas “memórias” enquanto objetos para a consolidação de uma história-crítica acerca da reivindicação e questionamento das linhas fronteiriças em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidade:** os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et. al. (org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. pg. 213-220.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Zahar Editor, RJ, 2001.
- BURILLE, Celma Faria de Souza. **Fragmentando o Paraná:** O Estudo de caso do Iguaçú.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução a História**. 7.^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. PP. 50-80.
- FEBVRE, Lucien. Viver a História. In: **Combates pela História**. 3. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989. P. 28-41.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **Olhar regional:** lugares e memória. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). *Fascínios da História*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 17-28.
- JUNIOR, Mauro César Vaz de Camargo. **“Vai um boi volta um bife”:** O movimento pela criação do Estado do Iguaçú nas últimas décadas do século XX. Florianópolis, 2011.
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- LOPES, Sérgio. “O Estado do Iguaçú”: A Trajetória de um Movimento. *Revista Informe Gepec*. <http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revistaeconomia/> - 2004.
- _____. **O território do Iguaçú no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel; Edunioeste, 2002.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: EDUNESP: Moderna, 1997.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. **A história, cativa da Memória?** *Rev. Inst. Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Considerações Intempestivas**. Lisboa, Martins Fontes: 1976.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC, 1981 p. 7 – 28.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). 3.^a Ed. São Paulo: Editora Ática, 1981.

SAMUEL, Raphael. **Teatros da Memória**. Proj. de História, São Paulo, (14), fev. 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Sonhos, utopias e armas: as lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná**. Caderno Paraná da Gente n.º 8 Curitiba, 2010.

FONTES

SILIPRANDI, Edison Duka. **O Estado do Iguçu: uma versão documentada**. Cascavel, Academia de Informações Literária, 2000.